

ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 402
DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S)	: REDE SUSTENTABILIDADE
ADV.(A/S)	: EDUARDO MENDONÇA E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB
ADV.(A/S)	: MARCELO DE SOUZA DO NASCIMENTO E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE - PHS
AM. CURIAE.	: PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL - PTN
AM. CURIAE.	: PARTIDO PROGRESSISTA - PP
AM. CURIAE.	: PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO - PRB
ADV.(A/S)	: CARLOS BASTIDE HORBACH E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: SOLIDARIEDADE - SDD
AM. CURIAE.	: PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - PSC
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Petição/STF nº 69.945/2016

DECISÃO

PROCESSO	OBJETIVO	-
INTERVENÇÃO	DE TERCEIRO	-
INDEFERIMENTO.		

1. O assessor Dr. Lucas Faber de Almeida Rosa prestou as seguintes informações:

O partido Rede Sustentabilidade ajuizou esta arguição de

ADPF 402 / DF

descumprimento de preceito fundamental, com pedido de medida acauteladora, contra interpretação constitucional que autoriza congressista a exercer a função de Presidente das Casas Legislativas na condição de réu em ação penal admitida pelo Supremo. Afirma a violação dos princípios republicano e da separação dos Poderes, bem assim do artigo 80 da Carta Federal.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico e Eletrônico da região das Agulhas Negras/RJ – Sindimetalan, por meio de petição subscrita por advogado regularmente credenciado, postula a admissão, na qualidade de terceiro, no processo. Anota ser entidade sindical interessada no Projeto de Lei do Senado nº 280/2016. Aduz que a votação do referido projeto foi sobrestada em virtude da decisão liminar mediante a qual Vossa Excelência determinou o afastamento do senador Renan Calheiros da Presidência daquele Órgão. Discorre sobre o tema de fundo, salientando o descabimento da arguição de descumprimento de preceito fundamental para regular situações concretas.

O processo foi inserido na pauta dirigida do Pleno de 1º de fevereiro de 2017.

2. A regra é não se permitir a intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade, iniludivelmente objetivo. A exceção corre à conta de parâmetros reveladores da importância da matéria e da representatividade do terceiro, quando, por decisão irrecorrível, é possível a manifestação de órgãos ou entidades – artigo 7º da Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999.

No caso, o requerente não logrou demonstrar razão capaz de conduzir à admissibilidade do ingresso. Parte do pressuposto de deter interesse quanto ao deslinde da controvérsia sem evidenciar contribuição

ADPF 402 / DF

expressiva à compreensão do tema analisado, sobretudo considerado o atual estágio do processo.

3. Indefiro o pedido formulado.

4. Devolvam ao requerente a peça e os documentos que a acompanham.

5. Publiquem.

Brasília, 1º de fevereiro de 2017.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator